

PERIODICIDADE SEMESTRAL

VOLUME 1 / NÚMERO 2 / DEZEMBRO / 2016

Pivô

REVISTA DE ARTE E CULTURA



REVISTA DE
ARTE E CULTURA





Governador
Ricardo Vieira Coutinho

Vice Governadora
Ana Ligia Costa Feliciano

Secretário de Estado da Cultura da Paraíba
Lau Siqueira

Secretária Executiva de Estado da Cultura da Paraíba
Fernanda Norat

Conselho Editorial
Lau Siqueira, Milton Dornellas, Gregório Medeiros e Kenya Queiroz.

Jornalista Responsável
Gregório Medeiros
DRT 0003669/PB

Secretaria de Estado da Cultura
CNPJ: 05.830.824/0001-02
Espaço Cultural José Lins do Rêgo
Rua Ábdias Gomes de Almeida,
800, Rampa 3,
Tambauzinho, João Pessoa/PB -
CEP: 58042-100
Telefones: (83) 3218-4167

Periodicidade: Semestral

ISSN: 2448-0711

AUTORES&ARTISTAS: THAYRONI ARRUDA, SHIKO, JÚLIO CÉSAR CABRERA MEDINA, RONALDO MONTE, PEDRO ROSSI, MARIA VALÉRIA REZENDE, JAIRO CEZAR, SAULO MENDONÇA, MILENA MEDEIROS, PEDRO NUNES FILHO, LAURITA DIAS E ALEXANDRE SANTOS. PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO DE JOÃO FAISSAL/IMAGINÁRIA. REVISÃO DE ANDRÉ AGUIAR. CONTATO POR PIRIAH.REVISTA@GMAIL.COM

ARTE DA CAPA

Shiko é ilustrador, grafiteiro, roteirista de cinema e autor de quadrinhos. Já expôs em Portugal, Itália, Holanda e França. Produziu nos quadrinhos - Marginal Zine, Blue Note e O Quinze - adaptação do Romance de Rachel de Queiroz. Com Lavagem (Editora Mino), foi premiado pela HQ Mix com melhor álbum de Terror, Aventura e Ficção, em 2016.



PÚBLICOS, POLIFONIA E VIDA CULTURAL

**UMA POLÍTICA
CULTURAL
PARA AS
PESSOAS DE
JOÃO PESSOA**

Arte
SHIKO

Texto
ALEXANDRE SANTOS

Alexandre Santos
é formado em Comunicação Social pela UFPB, atua como produtor cultural em João Pessoa há dez anos. É sócio-fundador da Parahybólica Cultural, produtora que desenvolve projetos e ações nas mais diversas linguagens artísticas. É pesquisador vinculado ao Observatório de Políticas Culturais da UFPB (Observcult/NUPLAR/UFPB), onde pesquisa as áreas de produção cultural e públicos da cultura.

VIVER A VIDA CULTURAL COMO FORMA DE VIVER A CIDADE

Bares, cafés, pubs, teatros, muscus, cinemas, saraus... A vida cultural de uma cidade é, em parte, um dos termômetros do seu cenário cultural. É ela que provoca a reunião da juventude, o encontro de gerações, tribos e pessoas de distintas idades e origens; ela que estabelece dinâmicas de fruição e consumo da cultura local e que leva as pessoas de canto a canto, à procura daquilo que o gosto mais lhe agrada ou ao encontro de seus pares e, por vezes, de novas experiências. A cidade, por sua vez, é um campo aberto, múltiplo, complexo, contraditório e combinado, cujas veias e artérias se ramificam, entrecortando bairros, comunidades, territórios criativos, desaguando diversos públicos em equipamentos culturais, casas de shows, praças e outros espaços de cultura.

No ir e vir dos que vivenciam a cidade, esses espaços sugerem sentidos, provocam sensações e geram sentimentos, num constructo permanente de impressões, laços, afinidades e até rotinas - para os mais assíduos. Alguns ganham o público pela capacidade singular de se reinventar inúmeras vezes, apresentando novidades a cada visita - um lounge recém inaugu-

rado, um móvel transportado a outro lugar, ou mesmo a delicadeza da flor que resolveu desabrochar exatamente hoje, “o dia em que vieste”. Já outros, também podem ganhar seu público pela capacidade, igualmente singular, de manterem-se firmes ao que são desde sempre. E assim, cativar pelo ambiente que se torna comum, mas não banal. Um comum apreciado como se, afinal de contas, tudo estivesse em seu devido lugar.

Entre espaços públicos e privados, centrais e periféricos, oficiais e alternativos existentes na cidade, não são raros os encontros de públicos diversos, tribos arregimentadas e reunidas para viver e erguer seus próprios modos culturais, suas maneiras de vivenciar a cultura e expressar-se na cidade. Nestes encontros, a iminência constante dos choques culturais entre grupos produz as formas de reagir ao outro, seja intercambiando, trocando as lentes pelas quais observam o território comum, seja por um olhar distanciado de outras práticas e estilos, ou mesmo no afastamento e, por vezes, no enfrentamento a certas narrativas e posturas, como parte da disputa para garantir seu espaço, sua presença ali.

São grupos que constroem seus pró-

prios modos de ocupação cultural da/na cidade, e, ao mesmo tempo, coabitam-na e a disputam, assim como a seus espaços de cultura. É neste sentido que a vida cultural e seus equipamentos - dos bares às galerias, dos cafés às feiras, dos centros culturais aos espaços efêmeros - tornam-se, de certo modo, ambientes de mediação dos fluxos entre públicos, à medida que estabelecem condições determinantes para excluir ou agregar a diversidade, o conjunto dos que vivem aquilo que a cidade apresenta em sua oferta cultural.

OS PÚBLICOS URGEM, A CIDADE RUGE

Em certa medida, somos a incontável soma das referências que chegam a nós ou que buscamos em meio à ecologia pluralista que se ergue entre o tangível e o intangível, entre o orgânico e o ciberespaço. É na sociabilidade forjada na vida cultural da cidade que o homogêneo e o individual dão lugar ao híbrido e ao plural, gerando ecos de uma polifonia que representa diversidade. Tensões e distensões são movimentos constantes, e materializam-se ou diluem-se no espaço-tempo, que se consolida como variante de uma intensidade de cidade, uma forma de atingir e ser atingido na medida exata em que se relaciona

com esta vida cultural, com seu locus.

O que buscam os públicos? A questão aqui não se refere às demandas ou pautas de um determinado grupo, mas a busca comum que alinhava suas (re)existências diante de uma cidade que pode ser, ao mesmo tempo, acolhedora ou o ambiente hostil que impõe barreiras ao seu pertencimento.

Num modelo de cidade pensado para a ampliação de carros particulares, a oferta de transporte coletivo é suficiente para suprir a vida cultural da cidade, com públicos que partem e transitam por todos os bairros? O aumento gradativo da passagem do transporte coletivo nos últimos anos tem sido barreira para o acesso a esta vida cultural? Numa cidade que deve ser pensada como um conjunto integrado, e não fragmentada, há territórios criativos privilegiados em detrimento a outros aos quais a política pública de cultura não atende? A política cultural chega aos bairros periféricos? E se chega, como permanece? Essa política ocupa praças? Convida os agentes locais a serem parceiros ou os ignora? Convida a população a participar dos processos decisórios? Há oferta cultural pública não só de eventos, mas também de formação? Finalmente, qual é o entendimento desses sujeitos de

uma política pública para a cultura?

A plena participação na vida cultural da cidade e do território é um direito cultural ainda a ser conquistado e garantido, e deve emergir como fruto de uma agenda que priorize a ampliação do acesso a partir de um modelo inclusivo de cidade. Uma política, portanto, que venha na esteira do que tem se erguido desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que em seu fundante Artigo 27 afirma que “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”.

Desde então, uma série de outros marcos foram elaborados e pactuados em diversas instâncias, com vistas a consolidar o papel central da cultura no desenvolvimento das nações e das localidades. Nesta baila, consolidam-se também os direitos culturais como direito da pessoa humana, e a participação cidadã como pressuposto para a garantia de uma cidadania cultural, somente possível quando inserida no âmbito da diversidade.

É neste sentido que uma política que tenha os públicos como foco passa, necessariamente, pelo fortalecimento de uma

cidadania cultural e pela garantia dos direitos culturais, visto que ela só faz sentido quando construída com participação nos processos de decisão sobre a cidade.

O público é vivo. Em seu vai e vem, ele vê e vive a cidade, sente-a, gera sentidos e a conhece com a palma de suas mãos. Por isso, na busca por constituir uma política que amplie a cultura de acesso, os públicos devem ser o alvo primeiro e o *ombudsman* principal. Ouvir os públicos com ouvidos de quem ouve uma sinfonia experimental, ora harmônica, ora atonal, mas com a devida atenção a todos os detalhes, é essencial.

JOÃO PESSOA(S), UMA CIDADE EM BUSCA DE SUA POLÍTICA CULTURAL

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, possui 65 bairros e está inserida numa região metropolitana que abrange doze municípios. Dados do IBGE afirmam: em 1996, a população pessoense contabilizava 544.753 habitantes, evoluindo para 672.081 em 2006, e chegando a 801.718 em 2016. Em duas décadas, o crescimento populacional da capital chegou a 32%, ou um aumento de 256.965 habitantes.

Neste ínterim, vemos passando toda uma geração que nasceu e cresceu imersa em realidades mediadas pelos meios de

comunicação de massa e pela internet, e cujos hábitos foram radicalmente transformados quando em relação a gerações anteriores. A velocidade com que a indústria do entretenimento e das comunicações transformou os modos, práticas e formas de consumo cultural nos últimos anos instauram enormes desafios para a política cultural que se queira conectada a seu próprio tempo. Às preocupações e questões formuladas a partir do boom do desenvolvimento da oferta cultural em domicílio, que somente ampliou desde os anos 1990, somam-se hoje as questões relativas ao consumo digital, uma modalidade que marca forte presença nos lares brasileiros e entre as novas gerações, mas da qual as políticas públicas ainda se mantêm distantes.

Como dialogar com uma população que cresce vertiginosamente, e cujo futuro previsto é de um adensamento ainda maior, diante do contexto de desenvolvimento regional que coloca a cidade como estratégica para o Nordeste? Por onde iniciar uma política que priorize a demanda, levando em conta um critério de equidade frente à diversidade geracional e suas questões específicas; bem como frente aos novos modos de sociabilidade e consumo

cultural via internet, redes sociais e outras plataformas? O desejo de cultura não é uma virtude nata dos indivíduos nem tampouco transferível ou efeito miraculoso. Como despertá-lo? Quais estratégias estão sendo elaboradas pelos poderes públicos, por gestores de centros culturais, por produtores e empreendedores criativos, a fim de atrair, ampliar ou manter seus públicos?

A política para os públicos da cidade, ou seja, para a demanda em potencial existente, deve ser assumida como uma missão coletiva, em que diferentes agentes precisam desenvolver os seus devidos papéis. Portanto, deve vir como produto das conjunções entre poder público, gestores culturais públicos e privados, produtores, donos de casas de espetáculo, empreendedores criativos, pesquisadores, educadores, agentes participantes das cadeias produtivas da cultura, e, fundamentalmente, os próprios públicos. O esforço tem de ser não somente para a construção de um plano integrado, inserido num planejamento estratégico macro para a cidade, mas, em igual relevância, o apoio para que emirjam neste processo planos em menor escala, com os estabelecimentos e agentes a elaborarem também suas es-

estratégias. Afinal, a questão dos públicos está diretamente ligada à sobrevivência e sustentabilidade dos que fazem o cenário cultural da cidade.

Tudo isto prepara o terreno em que gestores e produtores atuarão em seguida, onde a maior missão é a de lançar-se ao mar da diversidade de públicos compreendendo, respeitando e dialogando com suas singularidades, sejam elas geracionais, étnicas, educacionais, estéticas, políticas, econômicas ou sociais.

Elaborar políticas para a questão dos públicos é um deslocamento que visa o equilíbrio de prioridades, o exercício necessário de sair da zona de conforto e do lugar-comum. Neste sentido, é como se fôssemos convocados a deslocarmo-nos do eixo historicamente privilegiado da oferta (criação, produção, distribuição) para o eixo urgente e estruturante da demanda (ampliação de públicos, fruição, acesso e consumo cultural). E, diante dos desafios de erguer políticas voltadas à questão dos públicos, é preciso mantermo-nos cuidadosos, a fim de evitar generalizações quanto aos contornos singulares que cada situação apresenta.

Entre manter, ampliar ou renovar os

públicos, são requeridas estratégias distintas. E serão ainda mais distintas quando levados em consideração a amplitude da vida cultural e os elementos que a compõem, visto que as estratégias de uma casa de espetáculos não serão as mesmas de um festival, assim como as de um museu não serão as mesmas de um cinema ou de um arquivo público.

Tomando como exemplo alguns poucos equipamentos culturais da cidade, perguntas saltam aos olhos para revelar questões pertinentes aos públicos dos espaços. Que leitura é possível fazer sobre os públicos a partir do livro de frequência da Igreja de São Francisco, um dos maiores patrimônios culturais do Brasil? Quais os impactos positivos e negativos ao território foram trazidos pela reforma do Parque Solón de Lucena, a Lagoa? Há setor específico que monitore e avalie a questão dos públicos do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, tendo em vista o enorme desafio de gerir um equipamento com multiespaços, como cinema, sala de concertos, teatro, galeria de arte, etc.? Haveria este setor na Estação Cabo Branco, focado em pesquisar e identificar seus públicos e formular

estratégias direcionadas, com a finalidade de maior assertividade das ações?

Esse movimento de escuta do agora, isto é, de leitura do que dizem hoje as ferramentas que possuímos para analisar questões pertinentes aos públicos, permite-nos preparar e programar o que vem num futuro em curto, médio e longo prazo. Dados, indicadores, perfis coletados em pesquisas quali-quantitativas, orientando políticas e ações, estruturando-as institucionalmente e potencializando seus efeitos. Esta deve ser a marca de um perfil contemporâneo de gestão cultural na cidade de João Pessoa, capaz de observar a cidade, ouvir as pessoas, e compreender e antever suas reais demandas.

De maneira antecedente e concomitante a tudo isto, duas instâncias são fundamentais para essa construção do desejo de cultura no indivíduo: a casa, instância primeira do seu contato ou não com arte e cultura, o lugar do acesso cultural em domicílio, do acesso a ferramentas e dispositivos de mediação de fluxos culturais; e a escola, ambiente decisivo no despertar pedagógico do gosto, através da educação artística e cultural e da sociabilidade que

se exerce. A casa, a escola, a participação na vida cultural da cidade e o acesso ao conjunto das políticas culturais produzidas são dimensões que se conjugam para uma agenda política capaz de abordar a questão do público de maneira multidisciplinar e intersetorial, produzindo respostas à altura de sua complexidade.

Diante disto, pode-se dizer que a questão dos públicos é uma das searas mais complexas do campo cultural. Dificilmente, suas políticas estruturantes virão de respostas fáceis ou que se encerram no curto prazo do tempo de vida de uma gestão governamental. Deverão emergir como desdobramento de um acúmulo coletivo e elaboradas para se consolidarem como políticas de Estado, bem como ação permanente dos equipamentos e produtores culturais em suas estratégias. Neste sentido, é importante que se inaugure um caminho sem volta, que somente se aprofunde e se desenvolva enquanto política fundamental para o desenvolvimento da cidade. Neste percurso, as respostas virão, sob o ritmo, a dinâmica e as identidades da cidade, virão com a cara das pessoas da cidade de João Pessoa.